

Alienação em Weber e Gramsci

Zilda de Araújo Rodrigues



ALIENAÇÃO EM WEBER E GRAMSCI

Zilda de Araújo Rodrigues¹

Resumo

Este artigo constitui-se da análise de alguns aspectos importantes da sociedade moderna e discute a idéia de alienação que nela emergiu, por meio de dois expoentes do pensamento sociológico contemporâneo: Max Weber e Antonio Gramsci. Delineou-se o cenário em que se desenvolveu o processo de alienação do homem na sociedade moderna, seja na forma dada por Weber, na interlocução que faz com Marx, seja de acordo com a tradição marxista como destacada por Gramsci. Para tanto, utilizou-se como fonte histórica a obra de Eric J. Hobsbawm "A era das Revoluções" (1789-1848).

Palavras-chave: sociedade moderna, tradição marxista, dupla revolução, pensamento sociológico.

Introdução

A idéia de alienação está presente na obra de dois clássicos da sociologia: Karl Marx e Max Weber. Na teoria marxista a alienação ocupa espaço central e se refere à relação entre o homem e os meios de produção e, entre o homem e o produto do seu trabalho. Antonio Gramsci, continuador da obra de Marx, ao retomar a discussão da alienação do homem na sociedade moderna, o faz

¹ Mestre em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação/UFG. Professora dos cursos de Direito e Normal Superior da Anhangüera - Unigoíás. E-mail: zilda@anhanguera.edu.br

concordando, em parte, com Marx, já que nega a possibilidade de total alienação do trabalhador.

Nesse aspecto, Gramsci dialoga também com Robert Taylor considerado o pai da “*administração científica*” ou taylorismo que constitui-se em uma técnica de controle do tempo que o operário gasta em cada movimento que faz, ao desempenhar suas funções, com vistas a eliminar os gestos supérfluos, e assim aumentar a produção. Ao “*reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal*”, o trabalhador seria transformado num “*gorila domesticado*”, já que no desempenho de suas atividades produtivas o trabalhador prescindiria totalmente de qualquer forma de raciocínio.

Contestando essa afirmação, Gramsci entende que a disciplina e o ritmo de trabalho impostos ao trabalhador por mais rigorosos que sejam, não conseguem impedi-lo de pensar, de refletir. Pois, segundo ele, a subjetividade humana é um terreno impenetrável.

Na obra weberiana a alienação não ocupa local de destaque. Mas como crítico de parte da obra de Marx, Weber apresenta outro entendimento do processo de alienação do homem moderno. Para ele, a alienação na modernidade ocorreria como resultado da crescente racionalização por meio da burocratização da sociedade moderna.

Neste artigo, apresenta-se a formação ideológica na “Era das Revoluções”, que compreende o período entre 1789 a 1848, traçada pela trajetória dos intelectuais que exerceram maior influência naquele período histórico, bem como, suas contribuições para a concepção de mundo da

época. Os desdobramentos desse ideário, estão manifestados na concepção de alienação em Weber e Gramsci, dois expoentes da intelectualidade mundial, do início do século XX.

Formação ideológica na Era das Revoluções

No período de 1789 a 1848, a Europa foi palco das transformações mais profundas até então ocorridas, em todos os campos da vida societária - a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa. Esses dois movimentos destacam-se tanto pela profundidade que alcançaram, como pelos desdobramentos de seus legados, exercendo influência nos destinos do mundo até os dias atuais. A partir dessa dupla revolução o mundo conheceu mudanças nunca vistas em todos os tempos e nos diversos sistemas construídos pela humanidade, nos campos econômico, social, político, cultural, ideológico e mais marcadamente, no campo científico e tecnológico.

O início da virada histórica iniciou-se nos séculos XVI e XVII e tinha como base de sustentação as atividades comerciais, fruto do reatamento das relações entre o Ocidente e o Oriente. A Igreja Católica com vistas à unidade da Igreja sob o manto papal, organizava expedições - as Cruzadas, no combate ao islamismo, e acabou criando o ambiente propício para o andamento das atividades comerciais entre os dois continentes. Foi o volume de capital acumulado nesse período que possibilitou a desagregação do sistema feudal e o fortalecimento do novo sistema germinado no seu interior - o modo de produção capitalista. Do final da Idade Média, por volta do século XV, até a explosão da Revolução Industrial na Inglaterra, os trabalhadores

artesãos independentes foram paulatinamente substituídos por um outro ser social com características totalmente diversas das suas. Trata-se dos operários das indústrias, que floresceram a partir da segunda metade do século XVIII. A mecanização industrial ocorrida nessa fase, fez a Inglaterra emergir e firmar-se como império econômico e assumir o controle do processo de expansão das potências européias – Inglaterra, França, Holanda – por meio da busca de novos mercados. O imperialismo do século XIX caracterizou-se pela divisão do mundo em áreas de influências, pela colonização dos continentes africano e asiático. É nesse período da história da humanidade que fica mais evidente a profunda mudança na estrutura socioeconômica do mundo moderno, ou seja, a separação entre os proprietários dos meios de produção, os capitalistas, de um lado, e os proprietários da força de trabalho, os operários, de outro (HOBSBAWM, 1996).

A Revolução Francesa ocorrida em 1789 é considerada como o momento crucial para a burguesia enquanto classe social, no que se refere ao poder político. Trata-se do momento em que a burguesia assume a hegemonia, ou seja, assume a direção política na França, visto que naquela época já era detentora do poder econômico.

“*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*”, lema da Revolução Francesa tornou-se princípio norteador de todos os movimentos sociais de cunho libertário, e, ainda hoje, exerce influência sobre todos que têm o progresso humano como um horizonte a ser alcançado.

Do ponto de vista da formação ideológica, segundo Hobsbawm (1996), o período conhecido como “Era das

Revoluções”, que abrange 1789 a 1848, a sociedade apresentava uma divisão irreconciliável entre duas correntes de pensamento: a dos que acreditavam no progresso (esquerda) e apoiavam os rumos que se delineavam para o futuro do mundo e os que não aceitavam tais perspectivas de mudanças (direita). Para cada um dos caminhos que se apresentavam, surgiam teóricos com vistas a legitimar o antigo regime ou defender suas posições contrárias à sua permanência.

Na Inglaterra e França, berços da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, respectivamente, surgiu o racionalismo com Descartes e o empirismo de Hume e Locke. As hipóteses gerais desses pensadores, sobre o mundo e sobre o homem, apresentavam-se *“marcadas por um penetrante individualismo”*. Tal postura reforçava o liberalismo clássico, que concebia o mundo humano como

constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros, e naturalmente não reconhecendo limites ou direitos de interferência em suas pretensões (HOBSBAWM, 1996, p. 256).

Para o autor mencionado, o campo do liberalismo constituía-se de três correntes ideológicas básicas: os vulgares, os utilitaristas e os clássicos.

Os autores que transitavam nas correntes dos vulgares e utilitaristas, se constituíam e recebiam a

² HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*.

influência direta de três pensadores: Thomas Hobbes², John Locke e Thomas Malthus.

Hobbes, contratualista, concebia o Estado como ponto de convergência na busca da vantagem pessoal dos indivíduos, onde se estabeleciam relações com outros indivíduos, evidenciando o caráter mercantil e comercial das relações sociais burguesas; ainda Hobbes, apesar de partidário do ideário absolutista, serviu como referencial para a burguesia ao pregar o individualismo, a garantia de propriedade e a preservação da paz e segurança indispensáveis para os negócios.

O filósofo Locke, segundo Hobsbawm (1996), era o preferido do liberalismo vulgar por defender a propriedade privada como o mais fundamental dos direitos naturais. Para ele,

o direito à propriedade seria natural e anterior à sociedade civil, mas não inato. Sua origem residiria na relação concreta entre o homem e as coisas, através do processo de trabalho. Se, graças a este, o homem transforma as coisas, o homem adquire o direito de propriedade (LOCKE, 2000, p.15)

Locke define a propriedade como tudo que pertence ao indivíduo. A vida, a saúde, a força de trabalho, acrescentando ainda que o direito natural da propriedade se dá por meio do trabalho, não como castigo, mas como glória. Mais, em lugar de opor o trabalho à propriedade, sustenta a tese de que o trabalho é a origem e o fundamento da propriedade. As coisas sem trabalho teriam pouco valor, e seria mediante o trabalho que elas deixariam o estado

em se encontram na natureza, tornando-se propriedades (LOCKE, 2000, p. 16).

Locke apresenta uma idéia peculiar sobre participação nas decisões políticas na sociedade envolvendo o fato de ser ou não proprietário de bens. Para ele,

o homem que não possui propriedade, que vive da mão para a boca, é dependente de um outro homem, estando no estado de natureza, não tendo autonomia. Não é mais um igual por ser um não-proprietário, não se constituindo como sujeito (LOCKE, 1983, p. 20).

Outro pensador daquele período é Thomas Malthus. Na sua obra mais importante, *“Ensaio sobre a População”*, o autor estabelece relação entre a questão da riqueza, a pobreza e o progresso, e conclui que a origem da miséria não é a má distribuição da riqueza, mas ao contrário, é o crescimento desordenado da população pobre. Prossequindo afirma que o crescimento populacional ocorre em progressão geométrica enquanto que o crescimento da riqueza se dá em progressão aritmética. De acordo com essa teoria a humanidade estaria condenada a um processo de seleção natural, onde os mais fortes esmagariam os mais fracos com vistas à sua sobrevivência.

Na mesma linha de pensamento, ou seja, refletindo sobre a sobrevivência da humanidade, Jeremy Bentham

³ SMITH, Adam. A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.

⁴ RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação.

apresenta uma visão utilitarista da questão e afirmava que o indivíduo só deve obedecer ao Estado quando essa atitude contribui para a felicidade geral. Para esse pensador, os objetivos do Estado são produzir abundância, prover a subsistência, favorecer a igualdade e manter a segurança.

No campo do liberalismo clássico dois ideólogos se destacam pelos estudos que apresentaram sobre a economia no sistema capitalista. São eles, Adam Smith³ e David Ricardo⁴. Smith é o autor da teoria da “*mão invisível*” que o autor utilizou para ilustrar sua tese sobre o mercado, ao afirmar que

as atividades quando deixadas tanto quanto possível fora de controle, produzem não só uma ordem social ‘natural’, mas também o mais rápido aumento possível da ‘riqueza das nações,’ quer dizer, do conforto e do bem-estar, e portanto da felicidade, de todos os homens. A base desta ordem era a divisão social do trabalho. Podia ser cientificamente provado que a existência de uma classe de capitalistas donos dos meios de produção beneficiava a todos, inclusive aos trabalhadores que se alugavam a seus membros (HOBBSAWM, 1996: 259).

Como tese central do liberalismo econômico, esta é a sua lógica, ou seja, a de que tudo é regulado exclusivamente pelas leis do mercado, melhor dizendo, pela lei da oferta e da procura.

A economia política de Ricardo (1882), outro clássico dessa área do conhecimento, provocou sérios transtornos na natural harmonia preconizada pelos economistas paladinos do liberalismo, ao apontar

contradições internas na doutrina liberal como “*certos fatores que se poderia esperar que detivessem a máquina do progresso econômico, atenuando o suprimento de seu combustível essencial, tal como uma tendência para o declínio da taxa de lucros*”(HOBBSAWM, 1996). Ricardo foi ainda o criador da teoria geral do valor como trabalho. Essa teoria foi retomada por Marx, que após aprofundamento da análise da questão, reconheceu o trabalho como a verdadeira fonte de riqueza. Marx chegou a afirmar que Ricardo não chegou à mesma conclusão que ele por razão ideológica. Isto é, se concluísse que é o trabalhador e não o capitalista quem produz riqueza, deixaria o campo liberal e passaria para o campo da oposição, ou da esquerda.

Ressalta-se que os teóricos do liberalismo restringiam suas análises ao aspecto da distribuição da riqueza, sem discutir o processo de produção. Essa limitação os impedia de perceber o que Marx mais tarde afirmaria, isto é, que a raiz de toda a estrutura social é a produção e não a distribuição da riqueza. Continuava afirmando que a economia não trata de coisas materiais, mas de relações sociais.

Do ponto de vista político-ideológico pode-se afirmar que os liberais quando assumiram o poder na Europa retrocederam ao conservadorismo. Na Inglaterra a burguesia fez parceria com a nobreza. Na França buscaram em Napoleão o suporte necessário para defender os interesses da burguesia, ou seja, os antigos princípios que nortearam a luta revolucionária da burguesia: igualdade, liberdade e fraternidade, foram relegados ao

esquecimento (HOBSBAWM, 1996).

A igualdade que se confirmou foi configurada de acordo com o ideário liberal que remete ao trabalhador, despido de quaisquer meios de produção, dono apenas de sua força de trabalho: “livre” para se colocar no mercado e competir. Igualdade, mas do ponto de vista formal e não no sentido verdadeiro como prometida e desejada pelos operários. Tanto, que as desigualdades se aprofundavam dia-a-dia, relegando ao estado de miséria, grandes contingentes de trabalhadores, mulheres, crianças. As outras duas promessas não cumpridas pela modernidade são, liberdade e fraternidade. Nos moldes do liberalismo, a liberdade também restringiu-se ao aspecto formal, ou seja, a liberdade concedida pela lei, de um lado, e, de outro, no que se refere ao processo de representação política, de alternância no poder e da universalização do voto, que em si, não garantem a participação efetiva das populações nas decisões afetas aos destinos da sociedade.

A exemplo dos dois outros princípios que se confirmaram, em parte apenas, a fraternidade foi, no decorrer da história, se esvaziando de seu conteúdo substantivo, de sua significação enquanto projeto de relações humanizadas, diante da caminhada lenta, mas constante, rumo ao irracionalismo e à barbárie.

As promessas não cumpridas e as conseqüências funestas para a classe trabalhadora suscitaram movimentos de contraposição às idéias burguesas. Floresce e se consolida um outro projeto de sociedade de espectro ideológico diametralmente oposto ao liberal, pelo esforço

intelectual dos teóricos socialistas que se dividiam em três grupos distintos: os utópicos, os anarquistas e os científicos. Todas essas correntes de pensamento buscavam construir uma nova ordem, distinta da estabelecida.

Os socialistas utópicos pregavam a conciliação entre as classes e vislumbravam soluções que não alcançaram a forma de uma doutrina, e sim, modelos idealizados com a promessa de dias felizes. Constituíam uma espécie de oposição despolitizada e romântica aos novos tempos, como resposta à decepção com os resultados da razão iluminista da Revolução Francesa e o progressismo da Revolução Industrial. Dentre os socialistas utópicos destacam-se Conde Claude Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen (HOBBSAWM,1996). Marx e Engels reconheciam a sensibilidade desses primeiros pensadores sociais, mas afirmavam que

os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja próprio. Como o desenvolvimento dos antagonismos de classes marcha de par com o desenvolvimento da indústria, não distinguem tampouco as condições materiais da emancipação do proletariado e põem-se à procura de uma ciência social, de leis sociais, que permitam criar essas condições (MARX e ENGELS, 1978, p.44).

A outra corrente mencionada era a dos anarquistas, que tinha em Proudhon, segundo Hobsbawm (1996), seu mais destacado ideólogo. Os anarquistas comungavam de muitas idéias dos socialistas científicos, mas divergiam num aspecto central, qual seja, a teoria da supressão de toda e qualquer forma de governo e a defesa da liberdade geral.

A origem do pensamento alemão, segundo Hobsbawm, foi um *“fenômeno verdadeiramente burguês”*. Constituíam-se de simpatizantes da ala conservadora da Revolução Francesa que nutriam forte aversão pela ala esquerda. Os expoentes da filosofia clássica alemã são Kant, Hegel, Ficht e Schelling. O iluminismo foi o referencial teórico desses filósofos.

Kant, segundo Hobsbawm (1996), sofreu forte influência de Adam Smith, e tinha como unidade básica de sua filosofia o indivíduo, sob a forma de consciência individual. Empiricista, afirmava que não se pode conhecer o ser em si mesmo, mas pode-se conhecer o fenômeno, o que aparece, o que é captado através da estrutura racional. O que Kant buscava era acabar com a dicotomia entre sujeito e objeto, herança de Descartes. Para ele havia uma racionalidade intrínseca ao homem que é o sujeito do conhecimento. Essa afirmação provocou uma verdadeira revolução, desfazendo o impasse em que se encontravam a filosofia e a ciência.

Outro filósofo que exerceu forte influência na formação ideológica alemã, na percepção de Hobsbawm (1996), foi Hegel. A filosofia hegeliana, no início do século XIX, teceu críticas aos racionalistas e empiricistas por

excesso de objetivismo. Para Hegel tanto o sujeito como a realidade são racionais. Ele parte do pressuposto de que tudo se origina da consciência, da idéia, do espírito. Na sua perspectiva, o mundo é uma manifestação da idéia, da razão. Ela se autoconhece, coloca as contradições e daí desenvolve, evolui e chega no momento do espírito absoluto. Esse movimento, segundo Hegel, é dialético - movimento da razão que quer se autoconhecer.

A dialética hegeliana era abstrata, idealista pois a tentativa dele era de resolver as contradições entre o individual e o coletivo e possibilitar um acordo com a sociedade burguesa. Para Hegel o Estado sintetiza, numa realidade coletiva, a totalidade dos interesses contraditórios entre os indivíduos, como fundador e criador do povo. Acrescenta ainda que,

na história do mundo, só podemos observar os povos que formam um Estado. Devemos entender, este último é a realização da Liberdade, ou seja, da meta final absoluta, que existe para si mesmo. Deve-se ainda entender que todo o mérito que possua o ser humano – toda a realidade espiritual –, ele só o possui por meio do Estado. (...) Pois a Verdade é a Unidade da Vontade subjetiva universal; e o Universal será encontrado no Estado, em suas leis, em seus arranjos universais e racionais. O Estado é a presença da Idéia Divina na Terra (HEGEL, 1956, p.39 *apud* MÈSZÁROS, 2002, p.61).

A dialética idealista hegeliana tornou-se a matriz ideológica de uma proposta revolucionária de análise da sociedade moderna. O socialismo científico de Karl Marx e

Friedrich Engels, terceira corrente de pensamento, portadora de um projeto alternativo de sociedade, tinha como um dos pressupostos fundamentais a descoberta feita por Marx de que, a história não é uma sucessão cronológica de acontecimentos, mas um processo de evolução lógica. As análises sócio-econômicas realizadas por Marx e Engels assentavam-se no método materialista dialético, uma recriação da dialética idealista de Hegel.

Karl Marx, inicialmente discípulo de Hegel, submete a dialética idealista hegeliana a um processo de inversão. Para ele, ao contrário do que afirmava Hegel, ou seja, que tudo parte da consciência, da idéia, Marx nega isso, e afirma que o que tem precedência, são as relações sociais, a matéria. A consciência deriva-se da matéria e não o contrário. Nessa perspectiva, ao invés da manutenção da sociedade burguesa o que viria era sua transformação, para uma nova sociedade livre da dominação e da exploração do homem sobre o homem.

De acordo com o ideário de Marx e Engels, criadores do socialismo científico, as transformações da sociedade são resultantes das contradições internas históricas geradas no seio de qualquer sistema. Nessa linha de raciocínio, afirmavam que o capitalismo é filho do feudalismo e o socialismo é filho do capitalismo.

De acordo com o ideário marxista (socialismo científico) o agente transformador da sociedade é a luta de classes, o antagonismo entre proprietários dos meios de produção e não-proprietários, ou donos apenas de sua força de trabalho. Resultado da estrutura produtiva, especialmente da existência da propriedade privada, tais

classes, segundo o socialismo científico, ao longo da história apresentam interesses opostos, o que induz às lutas, às transformações sociais. Segundo Marx, ao longo da história da humanidade a sociedade sempre esteve dividida em

homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta (MARX e ENGELS, 1978, p. 22).

Outro conceito básico do marxismo é o de mais-valia, que corresponde ao valor da riqueza produzida pelo operário além do valor que recebe como remuneração pelo que realmente produz, usando sua força de trabalho. Essa diferença, a mais-valia, é apropriada pelos capitalistas, caracterizando a exploração operária. Na teoria marxista esse processo é descrito como

o valor da força de trabalho se determina pela quantidade de trabalho necessário para a sua conservação, ou reprodução, mas o uso desta força só é limitado pela energia vital e a força física do operário. (...) A quantidade de trabalho que serve de limite ao valor da força de trabalho do operário não limita de modo algum a quantidade de trabalho que sua força de trabalho pode executar (MARX e ENGELS, 1978 ,p. 360).

Na análise marxista, os conflitos entre as duas classes mais importantes, burguesia e proletariado, não se resolveriam pacificamente. Cada vez mais se aguçaria o antagonismo entre elas até que um processo revolucionário levaria às transformações sociais desejadas pela maioria da população, encabeçado pela classe que incorporava essa missão, ou seja, o proletariado. Somente a classe operária, e somente ela, de forma organizada, consciente de seu poder e de sua força como classe para si, por meio de uma ação revolucionária, daria a direção à transformação social.

Marx e Engels lançam, em 1848, o Manifesto Comunista documento histórico em que conclamavam os trabalhadores do mundo inteiro à união contra a opressão e a exploração capitalista.

As proposições e postulados do socialismo científico estão inscritos na vasta obra de Marx, em algumas, em pareceria com Engels. Os desdobramentos do seu legado intelectual continuam exercendo forte influência em setores do pensamento contemporâneo, conforme Eric Hobsbawm (1996) que afirma:

houve duas revoluções cujos cursos convergem para produzir o marxismo como a mais abrangente síntese das ciências sociais. A primeira delas (...) estabelecia o equivalente das leis físicas para as populações humanas. Seu primeiro triunfo foi a construção de uma sistemática teoria dedutiva de economia política (...). A segunda delas, que em substância pertence a nosso período e está intimamente ligada ao romantismo, foi a descoberta da evolução histórica (HOBSBAWM, 1996, p. 307).

Os pensadores aqui mencionados exerceram grande influência sobre a teoria social desenvolvida por Weber e Gramsci. O primeiro, teceu severas críticas ao legado de Marx, discordando inclusive da forma como se daria o processo de alienação do homem na sociedade moderna. O segundo, marxista e continuador de sua obra, ao vivenciar um outro momento histórico, presentificou alguns conceitos de Marx. No caso da concepção de alienação, concorda com Marx no que se refere à origem desse processo, mas dialoga, especialmente, com a administração científica fordista/taylorista.

Alienação em Weber

Uma das preocupações de Max Weber nas suas reflexões e análises da sociedade ocidental moderna diz respeito ao acelerado e inexorável processo de racionalização presente em todas as esferas da vida social.

A tendência para a racionalização, na concepção de Weber, fazia parte de um processo de “*desencantamento do mundo*” já que as raízes da humanidade habitavam um mundo sagrado, povoado por deuses, onde a magia representava a única forma de compreensão da realidade e foi se tornando, no decorrer da história, um mundo racionalizado, dominado pela técnica e onde a ciência substituiu a magia na busca de explicações da realidade.

Nos estudos que realizou acerca da religião, Weber mostrou a existência de uma afinidade seletiva entre os valores cultivados pela corrente puritana calvinista, vertente religiosa no campo do protestantismo e mudanças em

diversos setores da vida societária, principalmente no aspecto econômico. Mais ainda, que a restrição ao consumo, combinada com a liberdade para a acumulação de bens representou um grande impulso para o fortalecimento do capitalismo.

A partir dessas constatações Weber concluiu que havia uma coincidência entre “a ética protestante e o espírito do capitalismo”. Com sua orientação da conduta com base na atividade racional e metódica e o controle sobre o impulso irracional, o protestantismo levava os adeptos dessas seitas a um grau de prosperidade desconhecido até então. Fazia parte do elenco de princípios racionais a serem observados pelos fiéis, a disciplina, o amor ao trabalho e a atenção para a racionalidade nos gastos, de forma a que se tornasse possível a acumulação, através do comportamento comedido, onde a perda de tempo, conversas ociosas, o luxo, eram considerados pecados. Sobre isso Weber diz,

a peculiaridade dessa filosofia da avareza parece ser o ideal de um homem honesto, de crédito e, acima de tudo, a idéia do dever de um indivíduo com relação ao aumento de seu capital, o que é tomado como um fim em si mesmo. Na verdade, o que é aqui pregado não é uma simples técnica de vida, mas sim uma ética peculiar, cuja infração não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever.(...) Não é mero bom senso comercial (...) mas sim um *ethos* (WEBER, 1979, p.31).

Ainda tratando da questão do processo de racionalização do mundo, Weber destaca as origens do

sistema capitalista, por meio de três fontes de base racional, encontradas apenas nas sociedades ocidentais: a contabilidade, a técnica e o Direito. Sobre o assunto teceu as seguintes considerações:

nem o incremento da população e nem a afluência de metais preciosos provocaram(...) o capitalismo ocidental.(...) Decididamente, o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do Direito Racional. A tudo isso se deve ainda adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional da economia (WEBER, 1979, p.169).

Weber aponta como uma das formas mais visíveis da tendência à racionalização na sociedade ocidental o aparecimento da burocracia. Dominado pela racionalização, o Estado moderno criou a dominação baseada em leis abstratas e efetivada por um corpo técnico-administrativo especializado que chama de burocracia. Weber denomina este “*tipo ideal*” de dominação política de racional-legal.

Trata-se de uma forma de organização através da qual o Estado exerce a dominação, em que há o predomínio da hierarquia, pelo privilégio da competência técnica. A própria democracia exige a substituição dos critérios tradicionais de influência da riqueza, os costumes, a parentela e os amigos, por leis, regras previsíveis e estáveis, característica da burocracia, ainda mais, a postura impessoal, em lugar das decisões com base em sentimentos, ou aspecto irracional.

A vida social, desde o serviço público aos negócios na iniciativa privada, igrejas, partidos políticos, polícia, máfia, para Weber, têm sua vida administrativa organizada de forma burocratizada.

Há, porém, uma forte tensão entre a burocracia e a democracia, haja vista que a burocracia, se de um lado, atende aos requisitos de impessoalidade das normas jurídicas e administrativas que eliminam o privilégio, exigidos pela democracia, de outro lado, acaba por solapar as bases da democracia quando possibilita o aparecimento de *“estratos de funcionários que mantêm um poder administrativo maior até mesmo que dos antigos servidores”* (ALVES, 1997, p.10).

Na obra weberiana a alienação, segundo ALVES (1997), não apresenta a mesma origem dada por Feuerbach e Marx, isto é, alienação religiosa, como dizia o primeiro, e a partir da separação do trabalhador dos meios de produção e do produto de sua atividade, impedindo-o de reconhecer-se no fruto de seu trabalho, como afirmava o segundo. Para Weber, a alienação do homem moderno ocorreria, como decorrência do processo de racionalização que assume a forma de burocracia e vai impregnando todas as esferas da vida humana, tirando-lhe a capacidade de dirigir seu próprio destino. A burocracia, segundo ele, pelas características que apresenta, transforma-se num aparato de aprisionamento da liberdade humana.

Crítico da obra de Marx, Weber nas suas conclusões sobre alienação, aponta de forma velada, o socialismo real praticado na União Soviética, e por extensão a afirmação

marxista de que, o socialismo era a única saída para a desalienação do trabalhador.

Alienação em Gramsci

Para compreender o processo de constituição de indústrias organizadas dentro de padrões de racionalização e administração científica, nos moldes do que designou de “*americanismo e fordismo*”, e que marca a passagem do individualismo econômico, característica do feudalismo, para uma economia programática e coletiva, típica do capitalismo, Gramsci recorreu a um estudo comparativo entre a formação da sociedade americana e a sociedade européia e, de forma mais detida, a italiana.

Gramsci atribui a facilidade de implantação de uma indústria racionalizada de tipo fordista na América a uma condição preliminar que nos Estados Unidos existe naturalmente. Trata-se de “*uma composição demográfica racional*” e consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo da produção, isto é, classes totalmente parasitária (GRAMSCI, 1991).

Continua afirmando que a americanização depende do atendimento de três condições básicas: “*um determinado ambiente, uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado*”. Ainda, que

o Estado seria o liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no

sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como 'sociedade civil', através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio.(...) (GRAMSCI, 1991, p. 388).

Um outro aspecto abordado e que no entendimento de Gramsci facilitou o desenvolvimento do processo de racionalização industrial, diz respeito à falta de *“tradição histórica e cultural”* da América. Não ter camadas da população constituídas de elementos parasitas e que vivam de heranças de períodos históricos passados, possibilitou uma formidável acumulação de capitais, além de oferecer um ambiente propício para a implantação de indústrias e o desenvolvimento do comércio.

Ao se referir a essas condições bastante propícias ao desenvolvimento da produção industrial, Gramsci salienta que,

a existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (GRAMSCI, 1991, p. 381-382).

Gramsci salientou que, essa nova forma de produção exigia um novo tipo de trabalhador, de

constituição psicofísica totalmente diferenciada do que até então era conhecido. Para moldar esse novo trabalhador, algumas medidas foram de fundamental importância, segundo ele: o controle do uso de álcool, que no entender de Gramsci representa “o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho” e o controle sobre a vida sexual dos trabalhadores, tendo em vista que para os industriais, a perda de energia de operários que vagavam durante os intervalos da jornada de trabalho à procura de mulheres, podia comprometer a produção. Esse programa implementado nos Estados Unidos recebeu o nome de proibicionismo.

Ao se referir a esse programa de Estado, Gramsci assim se manifesta:

a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método de trabalho. (GRAMSCI, 1991, p. 396).

As conseqüências dessas medidas moralizadoras impostas à classe trabalhadora, foi uma relativa estabilidade nas uniões sexuais e o fortalecimento das ligações monogâmicas, dois aspectos fundamentais para o novo modelo de organização industrial. O autor ao comentar tais medidas chega a afirmar que esse aparente puritanismo representou um esforço coletivo jamais visto para se criar com a maior rapidez possível, um tipo novo de trabalhador e de homem. A esse tipo ideal de trabalhador para a indústria de corte fordista/taylorista

Frederick W. Taylor, considerado o pai da organização científica do trabalho criou a expressão “*gorila domesticado*”.

Gramsci analisou esse novo ente social alienado criado pela racionalização industrial e sentenciou que, a construção do “*gorila domesticado*” era o objetivo da sociedade americana, para

desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (GRAMSCI, 1991, p. 397).

Essa tentativa de separar o trabalho manual do conteúdo humano do trabalho faz parte, segundo Gramsci, de um longo processo de esmagamento da “*humanidade e espiritualidade*” do trabalhador, que teve início com o próprio industrialismo. Para ele,

esta humanidade e espiritualidade só podem existir no mundo da produção e do trabalho, na criação produtiva. Elas eram absolutas no artesão, no demiurgo, quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando era ainda bastante forte o laço entre arte e trabalho. Mas é exatamente contra este humanismo que luta o novo industrialismo” (GRAMSCI, 1991, p. 397).

O estudo de Gramsci corrobora o conceito marxiano de alienação como consequência da separação do trabalhador, dos

meios de produção e do produto do seu trabalho. Entretanto essa alienação, segundo Gramsci, não se realiza de maneira total e absoluta como sugere a expressão taylorista “gorila domesticado”. Para ele, a partir do momento em que o trabalhador, no desenrolar de suas atividades, consegue absorver todos os mecanismos, introjetar todos os movimentos necessários para a realização das tarefas que lhe compete, seu cérebro fica livre para pensar, sua imaginação pode levá-lo onde desejar. Segundo ele, “*Só o gesto físico mecanizou-se inteiramente; a memória do ofício, reduzida a gestos simples repetidos em ritmo intenso, aninhou-se nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre para outras ocupações*” (GRAMSCI, 1991). Além do mais, não se tratava propriamente de novidade, segundo Gramsci, mas da fase mais recente de adequação psicofísica do trabalhador às necessidades do industrialismo.

Para ilustrar o que afirmou no que se refere à pretensa construção de um trabalhador totalmente alienado, ou “gorila domesticado”, Gramsci tece o seguinte comentário:

os industriais norte-americanos compreenderam que “gorila domesticado” é apenas uma frase, que o operário continua ‘infelizmente’ homem e, inclusive que ele, durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas (GRAMSCI, 1991, p. 404).

As transformações operadas na organização da produção e do trabalho ocorridas nas décadas

recentes, tem exigido um novo perfil do trabalhador. Apesar do desenvolvimento científico e tecnológico alcançado pela sociedade contemporânea, continua o processo de esmagamento da *“humanidade e espiritualidade”* do trabalhador, como diria Antônio Gramsci.

Considerações finais

Na reflexão desenvolvida, buscou-se traçar um panorama das idéias que historicamente exerceram maior influência na construção do pensamento ocidental contemporâneo, ou seja, as matrizes dos ideários que embasaram as tentativas de compreensão da realidade, bem como a busca de formas de intervenção nessa realidade, desde o advento do sistema capitalista.

Nesse cenário alguns conceitos se destacaram dando direção a discussões que encaminharam para a manutenção do *“status quo”* ou para a transformação social. É o caso da concepção de alienação que na obra de Karl Marx ocupa lugar de destaque.

No presente trabalho discutiu-se, de um lado, a concepção de alienação em Max Weber, um crítico de Marx e, de outro, em consonância com a teoria marxista e continuador de sua obra, a percepção de alienação de Antônio Gramsci.

Weber aponta a alienação na sociedade moderna como parte do processo de *“racionalização da estrutura de dominação baseada na burocracia”*, e, ao contrário do que afirmava Marx (e, posteriormente Gramsci), o socialismo não resolveria a questão da alienação, dada a sua vocação

.....

para a burocratização, por meio da centralização do sistema produtivo nas mãos do Estado.

Gramsci tratando da questão da integração do homem na fase da economia individual (feudalismo) e da alienação na economia programática ou industrial, afirma que o trabalhador fora reduzido a acessório da máquina no processo de produção, forçado a se adequar aos costumes, às necessidades do trabalho alienado, e mantido na obscuridade do senso comum, e aponta, de um lado, para o catolicismo *“como instrumento para conservar as posições adquiridas”*; e, contrária a esta posição, a filosofia da práxis, *“para conduzí-los a uma concepção de vida superior”*. Para Gramsci, a superação da alienação só ocorreria por meio de uma *“reforma intelectual e moral”*, alicerce da sociedade regulada ou socialista.

Abstract

This article constitutes the analysis of some important aspects of the modern society and discusses the idea of alienation that was emerged of two exponents of the contemporary sociological thought: Max Weber e Antonio Gramsci. Before discussing the subject, the scenario in which the process of alienation of the man in the modern society was explained in both ways given by Weber, in the dialectic of Marx, according with the marxist tradition as highlighted by Gramsci. For that, it was used as historical source the work of Eric J. Hobsbawm *“The era of revolutions”* (1789-1848).

Key-words: modern society, marxist tradition, double revolution, rationalization.

Referências Bibliográficas

ALVES, J.P. **Sociedade moderna e sociologia clássica** - racionalidade, alienação em Weber, Marx e Durkheim. Mimeo. FAFICH/UFMG, BH, 1997.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. RJ: Civilização Brasileira, 1991.

HOBBSAWM E. J. **A Era das revoluções, 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

LOCKE, John. **Ensaio sobre a lei da natureza**: ensaio acerca do entendimento humano. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MARX, K. e ENGELS, F. **Textos**. Vol.III, São Paulo: Edições sociais, 1978.

MÈSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.